

**LEI Nº 2628 de 25 de maio de 2017.**

*Estabelece o valor das obrigações de pequeno valor, para fins do disposto nos § 3º e 4º do artigo 100 da Constituição Federal, e adota outras providências.*

**O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE GUARAPUAVA**, Faço saber que a Câmara Municipal de Guarapuava aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º** É considerada de pequeno valor, para fins do disposto no § 3º do artigo 100 da Constituição Federal, a obrigação de pagar quantia certa decorrente de decisão judicial transitada em julgado que tenha condenado o Município de Guarapuava, suas autarquias ou fundações, em processo de cujo contraditório o ente público tenha feito parte, cujo montante total atualizado, englobando principal, custas e despesas processuais, seja igual ou inferior ao valor do maior benefício do Regime Geral de Previdência Social.

**Art. 2º** O pagamento ao titular de obrigação de pequeno valor será realizado no prazo máximo de noventa dias úteis, contado da apresentação de requerimento à entidade devedora, devidamente protocolado no Protocolo Geral do Município, instruído com a Requisição/Certidão de Pequeno Valor – RPV/CPV – original, expedida pelo Cartório ou Secretaria judicial competente, demonstrando o trânsito em julgado do processo respectivo, a discriminação dos valores devidos, bem como a inexistência de expedição de precatório requisitório ou de outra RPV/CPV para o mesmo crédito em questão.

**§ 1º** O requerimento será endereçado à Procuradoria Geral do Município, a qual ficará responsável pela verificação da regularidade formal da RPV/CPV.

**§ 2º** Na hipótese da RPV/CPV cumprir com os requisitos legais, o requerimento será encaminhado à Secretaria Municipal de Finanças, para fins de pagamento.

**§ 3º** No caso da RPV/CPV não cumprir com os requisitos legais, o requerimento e eventuais documentos que o instruírem serão devolvidos ao seu titular.

**Art. 3º** Durante o ano exercício de 2017 (dois mil e dezessete), o valor previsto no artigo 1º desta Lei equivalerá à R\$5.531,31 (cinco mil quinhentos e trinta e um reais e trinta e um centavos), consoante estipulado na Portaria nº 08 do Ministério da Fazenda, de 13 (treze) de Janeiro de 2017 (dois mil e dezessete).

---

**§ 1º** O valor estabelecido no *caput* será anualmente revisado via Decreto, sempre observando o disposto no artigo 1º desta Lei.

**§ 2º** Caso o Decreto de revisão não seja editado, considerar-se-á, para fins de delimitação da RPV/CPV, o valor do maior benefício do Regime Geral de Previdência Social previsto em ato normativo de competência do Ministério da Fazenda, ou em instrumento jurídico similar.

**Art. 4º** O limite previsto no artigo 1º desta Lei se aplica aos processos judiciais em curso ou com sentenças já transitadas em julgado, desde que o requerimento de pagamento da RPV/CPV não tenha sido apresentado no Protocolo Geral do Município.

**Art. 5º** Ficam revogadas as disposições em contrário.

**Art. 6º** Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Guarapuava, 25 de maio de 2017.

**Cesar Augusto Carollo Silvestri Filho**  
**Prefeito Municipal**